



ARTIGOS

TECNICOS

A PRODUÇÃO DE CARNES: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO NA DÉCADA DE SETENTA

Nelson Batista Martin
Clotilde Cantos
Luiz Carlos Assef

1. INTRODUÇÃO

A pecuária bovina de corte apresenta grande importância na agricultura nacional, o mesmo acontecendo na agricultura paulista, onde esta atividade tem-se destacado entre os três principais produtos, situando-se não raramente em primeiro lugar na composição do valor da produção agrícola Estadual, nos últimos vinte anos.

Por outro lado, a demanda brasileira por carnes (bovina, aves e suína) tem-se defrontado com ciclos de oferta de carne bovina, problemas na produção de carne suína, em função do estado sanitário do rebanho (PSA) e de uma oferta de milho insuficiente para permitir um maior desenvolvimento na produção de aves e suínos. Além disso, a própria política governamental para o setor, não considerando o complexo pecuário como um todo (bovinos, aves, suínos e outros pequenos animais) e o ciclo longo da produção pecuária, tem-se caracterizado, basicamente, por se apoiar em variações sazonais de preços de curto prazo e da oferta dentro de um horizonte de tempo de apenas um ano, para bovinos de corte. Assim, além da política para a pecuária de corte ser inconsistente, esquece a inter-relação entre a pecuária bovina e demais setores do complexo pecuário, fazendo com que o mesmo não seja considerado de uma forma global, ficando, pelo contrário, sujeito a medidas isoladas de política para cada setor, o que tem afetado o desenvolvimento do complexo ⁽¹⁾.

O longo ciclo de produção característico da pecuária bovina de corte brasileira, em consequência dos baixos índices zootécnicos (taxa de natalidade e de desmama, elevada idade do abate e da primeira parição, etc.), leva a uma expansão da oferta com preços reais crescentes no longo prazo. Nestas condições, o potencial exportador de carne bovina, com o qual o País poderia contar no futuro, está muito longe de se concretizar, uma vez que a expansão da oferta devido à política nacional de abastecimento de carne, não tem atendido a demanda interna nos últimos anos, transformando o País num importador líquido do produto.

Adequar as políticas para o complexo como um todo constitui-se no objetivo a ser perseguido, a fim de que se possa não só atender ao cres

(1) O COMPLEXO pecuário. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 33(7): 79-81, jul. 1979.

cimento da demanda, modificando o seu perfil no médio e longo prazos, mas ainda permitir que o País possa ter neste setor uma contribuição para expansão de suas exportações e liberação de terra para expansão de outras culturas, inclusive para produção de energia, no centro sul do País.

Nesse contexto, o desenvolvimento do atual trabalho procura dar algumas contribuições no sentido de compreender o comportamento atual do complexo pecuário e levantar alguns aspectos básicos a serem considerados para o seu desenvolvimento como um todo.

2. OFERTA DE CARNES

A recente fase de liquidação do rebanho bovino brasileiro, com a conseqüente alta da carne, tem servido de estímulo às atividades alternativas, particularmente à avicultura e suinocultura. A estrutura de produção de carnes vem, pois, apresentando sensíveis modificações, notadamente a partir do início da década passada, quando se observou rápida e crescente participação do setor avícola na oferta interna. A suinocultura, por outro lado, embora contribua com importante parcela no suprimento total de carnes, somente nos últimos anos, com a ampliação no uso de técnicas modernas e disseminação de raças especializadas, passou a ocupar um papel de maior destaque econômico.

Uma análise da produção brasileira dos três tipos de carnes considerados, para o período 1974-79, mostra que enquanto a taxa de crescimento da carne bovina esteve em torno de 3,3% a.a., a de suínos foi de 6,4% a.a. e a de aves de aproximadamente 16% a.a. (quadro 4). O aumento da produção na pecuária bovina nos anos considerados, pode ter sido conseqüência dos investimentos ocorridos no setor no período 1970-74, sendo que a partir de 1978 observaram-se decréscimos ocasionados pelo elevado custo de matrizes ocorrido nos três anos anteriores (quadro 1).

Por outro lado, o aumento dos preços reais da carne bovina, em contraposição à estabilidade ou redução na dos de suínos e principalmente na de aves, intensificou a substituição do consumo da carne bovina, o que viria incentivar um processo de mudanças tecnológicas na condução das atividades, notadamente na avicultura. Na pecuária bovina de corte, onde o nível de introdução de inovações tecnológicas se faz a uma taxa muito reduzida, tem-se que os seus preços reais são crescentes no longo prazo (quadro 2), alternado com ciclos de alta e baixa, mas com picos crescentes ao longo do tempo.

A forma peculiar que assume o movimento dos preços no mercado de bovinos representa, na fase de declínio das cotações, um longo período de prejuízo aos pecuaristas, enquanto que na fase de recuperação são os consumidores que arcam com os ônus do ajustamento à nova realidade do mercado. Esses ciclos de produção, com amplitudes que variam de 5 a 8 anos, estão associados aos indicadores de produtividade da pecuária de corte brasileira, que se têm mantido praticamente estáveis no longo prazo. A va

QUADRO 1. - Composição dos Abates no Brasil, 1975-79
(em percentagem)

Ano	Boi	Vaca	Vitelo
1975	73	26	1
1976	66	33	1
1977	60	39	1
1978	68	31	1
1979	71	28	1

Fonte: Fundação IBGE e CEA/IBRE/FGV.

QUADRO 2. Preços Médios Anuais de Arroba de Boi Gordo no Estado de São Paulo, 1948-79

Ano	Preço corrente	Preço real ⁽¹⁾	
	Cr\$	Cr\$/1978	Índice
1948	0,07	130,98	100
1949	0,09	157,25	120
1950	0,09	141,48	108
1951	0,12	161,95	124
1952	0,15	181,06	138
1953	0,18	189,28	145
1954	0,21	173,88	133
1955	0,27	192,02	147
1956	0,30	177,92	136
1957	0,29	150,62	115
1958	0,33	151,64	116
1959	0,50	166,73	127
1960	0,90	232,32	177
1961	1,31	246,74	188
1962	2,00	248,41	190
1963	3,19	255,94	195
1964	5,34	198,54	152
1965	8,51	201,74	154
1966	16,26	279,25	213
1967	17,01	227,77	174
1968	18,82	202,88	155
1969	20,93	186,84	143
1970	30,09	224,24	171
1971	42,13	260,69	199
1972	53,18	281,33	215
1973	79,94	367,34	280
1974	106,80	381,37	292
1975	114,94	321,38	245
1976	142,47	281,98	215
1977	198,78	275,65	210
1978	345,78	345,00	263
1979	721,50	410,35	313

(¹) Preços em Cr\$ de 1978, estimados pelo Índice "2" da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

riável responsável pelo caráter auto-alimentador do ciclo é a expectativa do pecuarista com respeito ao preço futuro dos produtos de seu rebanho. Considerando a matriz como um bem de capital, o seu preço dependerá do valor esperado para seu produto (bezerro, boi magro, boi gordo). Assim, se o pecuarista, ao observar a tendência declinante do preço do seu produto, admite que a mesma irá se manter no futuro, então, o valor atual das matrizes cai, não havendo portanto estímulo à sua manutenção. Em consequência, cresce o abate de matrizes, aumentando-se a oferta de carne e trazendo como consequência imediata um reforço à tendência de queda nos preços, auto-alimentando a fase do ciclo de baixa. Por outro lado, um maior abate de vacas em um período significará uma oferta menor de bezerras, garrotes, bois magros e bois gordos no futuro, com as respectivas defasagens. Dessa forma, um período de queda nos preços de bois gordos e, como consequência dos animais em crescimento, leva a uma elevada matança de matrizes, que provocará dentro de algum tempo, 3 a 5 anos no caso do Brasil, uma escassez de bois gordos que, por sua vez, irá reverter a tendência do ciclo.

No início do aumento nos preços reais, os pecuaristas refazem suas expectativas em relação ao preço futuro de seus produtos, o que os leva a reterem, proporcionalmente, um maior número de matrizes, reduzindo a oferta de animais para abate e elevando ainda mais os preços. Essa maior proporção de retenção implicará maior oferta de produtos pecuários no futuro, a qual levará a uma queda nos seus preços, dando início a uma fase estável e/ou descendente do ciclo.

Na fase descendente do ciclo, os preços reais dos bezerras e bois magros caem mais rapidamente do que os preços dos bois gordos, enquanto que, na fase ascendente, ocorre o inverso (quadro 3) ⁽²⁾.

Os ciclos observados na pecuária bovina de corte tendem a se refletir nos preços relativos do leite, frango e suínos, pois nos períodos em que o preço do boi sobe, a tendência é a de se elevar o preço do leite, tendo em vista a redução na oferta, objetivando a criação de um maior número de bezerras. Por outro lado, nas altas da carne bovina, ocorre um estímulo à sua substituição, a nível dos consumidores, por outras alternativas como a de suínos e aves, expandindo essas atividades.

As relações de produção carne de frango/carne bovina e carne suína/carne bovina comprovam a alteração do perfil da produção de carnes no País. Enquanto em 1974 o coeficiente carne frango/carne bovina era de 0,17, no ano passado atingiu 0,34, indicando o inusitado crescimento da atividade avícola de corte, notadamente a partir de 1977, quando o setor, captando os efeitos altistas do mercado bovino, ganhou uma força ainda maior (quadro 4). No caso do Estado de São Paulo, a mudança foi ainda

⁽²⁾ TOYAMA, N.K.; MARTIN, N.B.; TACHIZAWA, E.H. A pecuária bovina de corte no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, S.P., 23(1): 1-95, 1976.

QUADRO 3. - Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Pecuáristas do Estado de São Paulo, 1973-80

Ano	Bezerro (cabeça)			Boi magro (cabeça)			Boi gordo (arroba)		
	Corrente (Cr\$)	Real ⁽¹⁾		Corrente (Cr\$)	Real ⁽¹⁾		Corrente (Cr\$)	Real ⁽¹⁾	
		Cr\$	Índice		Cr\$	Índice		Cr\$	Índice
1973	409,50	2.887,36	100	861,50	6.074,38	100	79,94	539,40	100
1974	541,50	2.966,97	103	1.207,80	6.617,74	109	106,80	585,18	108
1975	457,48	1.962,76	68	1.163,47	4.991,72	82	114,94	493,14	91
1976	486,07	1.476,17	51	1.276,96	3.878,07	64	142,47	432,83	80
1977	653,12	1.389,73	48	1.507,87	3.208,49	53	198,78	404,29	75
1978	1.589,37	2.438,76	84	3.384,88	5.193,84	86	345,78	529,38	80
1979	4.274,67	4.274,67	148	7.702,91	7.702,91	127	721,50	721,50	134
1980 ⁽²⁾	6.676,14	4.161,00	144	12.000,00	7.479,32	123	1.084,00	675,63	125

(¹) Índice "2" da FGV, em Cr\$ de 1979.

(²) Média até junho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 4. - Evolução da Produção de Carnes Bovinas, Suínas e de Aves no Estado de São Paulo e Brasil, 1970-79

Ano	Produção (1.000t)						Relação da produção de carnes			
	Brasil			São Paulo			Brasil		São Paulo	
	Bovina	Suína	Frango	Bovina	Suína	Frango	<u>Carne frango</u> carne bovina	<u>Carne suína</u> carne bovina	<u>Carne frango</u> carne bovina	<u>Carne suína</u> carne bovina
1970	415	100	77	0,19	0,24
1971	440	89	100	0,23	0,20
1972	524	57	175	0,33	0,11
1973	554	56	208	0,38	0,10
1974	1.701	425	293	504	66	230	0,17	0,25	0,46	0,13
1975	1.782	496	373	497	66	236	0,21	0,28	0,47	0,13
1976	2.165	542	413	456	72	275	0,20	0,25	0,60	0,16
1977	2.436	510	497	439	73	286	0,21	0,20	0,65	0,17
1978	2.311	566	587	450	61	295	0,26	0,25	0,66	0,14
1979	2.099	617	717	445	64	327	0,34	0,30	0,73	0,15

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (para o Brasil) e Instituto de Economia Agrícola (para o Estado de São Paulo).

mais acentuada, pois de uma relação de 0,19 para carne de frango/bovina, em 1970, evoluiu para 0,46 em 1974 e 0,73 em 1979.

No caso da carne suína, conquanto a relação de produção não indique a mesma tendência de crescimento acelerado apresentada pela avicultura, vem mostrando sinais de recuperação, notadamente a partir de 1978, com perspectivas de maiores aumentos a curto prazo.

Para os próximos anos, coincidindo com a fase estável e/ou decedente da pecuária de corte, espera-se maior oferta também de carne suína e de aves, o que poderá provocar acirramento na disputa pelo mercado entre os diversos setores envolvidos.

Uma análise dos preços relativos produto/fator permitirá verificar o comportamento do processo de produção na última década. Assim, observa-se no período 1970-74 crescimento de 64% no preço relativo bovino/máquinas e equipamentos, relação esta que decresce a partir de então, até 1977, quando se recupera e atinge 1,84 em 1980, indicando no período que os preços dos bovinos cresceram proporcionalmente mais que os das máquinas e equipamentos, o que poderia ter estimulado maior utilização desse fator na atividade. Analisando-se essa mesma relação para bovino/vacinas e medicamentos e bovino/combustível e lubrificante, verifica-se no primeiro caso que a relação é superior a um dos períodos de ganho real de preço do boi e decresce nos períodos de depressão de preço, ficando em torno de 0,73, o mesmo ocorrendo no segundo caso. O mesmo comportamento é observado na relação bovino/salário rural (quadro 5).

Ao contrário do que se observou na pecuária bovina de corte, na avicultura os preços relativos aves/fator mostram relação declinante, em função da redução real nos preços das aves, devido aos ganhos tecnológicos conseguidos pelo setor, através da importação de inovações tecnológicas de países que lideram a produção destas inovações, tais como os Estados Unidos e os países europeus. Desta maneira, apesar da produção avícola muitas vezes se defrontar com condições desfavoráveis de preços dos insumos, conseguiu expandir a sua produção, o que não ocorreu com as demais atividades do complexo pecuário (quadro 5).

Por outro lado, a suinocultura, numa situação intermediária entre as outras duas atividades, tem apresentado uma relação relativamente estável entre preço de suíno/preço de milho e preço de suíno/alimentos de origem industrial. No entanto, os preços de suínos têm crescido menos do que os de vacina e medicamentos e combustível e lubrificantes, mostrando-se relativamente crescentes em relação a máquinas e equipamentos. Nessas condições, a pecuária suína conseguiu, a partir de 74, crescer à taxa de 6,4% a.a., apesar dos problemas sanitários enfrentados no período (quadro 5).

3. CONSUMO DE CARNES

Uma série de estudos sobre a qualidade nutricional da popula

QUADRO 5. - Relações de Preço de Carne/Fator para Bovinos, Suínos e Frango, Estado de São Paulo, 1970-80

Ano	Bovino				Frango						
	Maq. e equip.	Vac. e medic.	Comb. e lubrif.	Salário rural	Mãq. e equip.	Vac. e medic.	Comb. e lubrif.	Alim. de origem agrícola	Alim. de origem ind.	Milho	Salário rural
1970	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1971	1,20	1,20	1,12	1,11	0,98	0,98	0,92	0,93	0,97	0,96	0,91
1972	1,41	1,35	1,22	1,12	1,01	0,96	0,87	0,87	0,86	0,86	0,80
1973	1,72	1,08	1,51	1,24	1,30	0,81	1,14	0,99	0,80	0,87	0,93
1974	1,64	1,12	1,33	1,09	1,06	0,72	0,86	0,90	0,81	0,83	0,70
1975	1,26	0,73	0,95	0,90	0,91	0,53	0,68	0,67	0,90	0,68	0,64
1976	1,17	0,74	0,74	0,77	0,88	0,56	0,58	0,56	0,77	0,71	0,58
1977	1,14	0,72	0,76	0,70	0,82	0,52	0,55	0,61	0,75	0,83	0,50
1978	1,48	0,91	0,98	0,92	0,85	0,52	0,56	0,57	0,83	0,63	0,53
1979	2,00	1,19	1,27	1,31	0,91	0,54	0,58	0,63	0,78	0,69	0,60
1980	1,84 ⁽¹⁾	1,11 ⁽¹⁾	0,96 ⁽¹⁾	1,16	0,90 ⁽¹⁾	0,54 ⁽¹⁾	0,47 ⁽¹⁾	0,62 ⁽¹⁾	0,71 ⁽¹⁾	0,74 ⁽¹⁾	0,57

Ano	Suíno						
	Mãq. e equip.	Vac. e medic.	Comb. e lubrif.	Alim. de origem agrícola	Alim. de origem ind.	Milho	Salário rural
1970	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1971	0,99	0,99	0,93	0,93	0,98	0,97	0,92
1972	1,16	1,11	1,00	1,00	0,99	0,99	0,92
1973	1,24	0,77	1,09	0,95	0,76	0,83	0,89
1974	1,63	1,12	1,33	1,40	1,25	1,29	1,00
1975	1,16	0,67	0,88	0,86	1,16	0,87	0,82
1976	1,01	0,64	0,67	0,64	0,89	0,81	0,67
1977	1,10	0,69	0,73	0,82	1,00	1,10	0,67
1978	1,08	0,66	0,72	0,72	1,05	0,80	0,68
1979	1,33	0,79	0,84	0,92	1,14	1,02	0,87
1980	1,35 ⁽¹⁾	0,18 ⁽¹⁾	0,70 ⁽¹⁾	0,93 ⁽¹⁾	1,07 ⁽¹⁾	1,10 ⁽¹⁾	0,85 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Valores de abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

ção brasileira mostra que a principal carência alimentar encontra-se na baixa ingestão de proteínas de origem animal, fato que se constitui em grave problema, uma vez que os produtos de origem animal apresentam composição mais equilibrada em termos de aminoácidos essenciais, além de elevada taxa de conversão alimentar. A reduzida ingestão de proteínas de origem animal resulta, principalmente, do baixo consumo de leite e carne pela população. Projeções da FAO, para este ano, indicam que enquanto no Brasil o consumo per capita de leite é da ordem de 71kg/ano, nos Estados Unidos atingirá 129,5kg/ano. No caso de carnes, a situação é mais gritante, uma vez que no País o consumo seria de 35kg/ano, enquanto que nos EUA estaria ao redor de 132kg/ano. Assim, considerando que a maior parcela da população brasileira subsiste com acentuadas deficiências alimentares, não é concebível a desestruturação do sistema produtivo do complexo pecuário, que vem-se processando maciçamente ao nível de investimentos, notadamente no caso de pequenos e médios animais, nos últimos anos.

A substituição da carne bovina pela de suínos e de aves deve, evidentemente, apresentar um limite, sujeito a variáveis que regulariam a relação entre as quantidades produzidas dos diferentes produtos. Assim, tais variáveis tenderiam a promover uma relativa estabilidade dessas relações.

A opção na compra de um ou outro tipo de carne estaria na dependência da disponibilidade e da estrutura dos preços relativos, que se alteram em conformidade aos processos produtivos e de comercialização, destacando-se variações nos custos, tecnologia e produtividade dos setores. Além dessas variáveis, é evidente que o ciclo do rebanho bovino tem influência nas cotações de todo complexo carne.

A análise de preços relativos dos diferentes produtos, tanto a nível de produtor como de varejo, mostrou-se crescente ao longo da última década, apresentando-se como maior intensidade na relação boi/frango, uma vez que a avicultura foi a atividade que mais incorporou tecnologia, permitindo barateamento dos custos e redução de preços, relativamente aos outros dois setores. A relação entre produtos bovinos e suínos, embora também tenha sido crescente no período, mostrou-se bem mais refreada, notadamente a nível de varejo, onde se fazem sentir todos os problemas da cadeia de comercialização que afetam essa atividade. As intervenções governamentais, quer quanto às restrições às exportações de carne bovina impostas no período 1972/73, quer quanto aos programas de estabilização de preços da entressafra via estocagem de carne bovina pela COBAL a partir de 1974 e subsídio direto aos consumidores no período de 1977-79, não permitiram que as relações de preços, tanto no varejo como a nível de produtos, apresentassem crescimentos bem maiores que os observados (quadro 6).

Assim, considerando um período mais curto, 1977-78, a relação carne bovina/frango, ao nível de varejo, cresce de 1,29 para 1,81; a carne bovina/suína de 1,10 para 1,57; e a de carne de frango/suína se mantém relativamente estável. Essas relações indicam um forte estímulo à substitui

ção de carne bovina pela de aves e suína, via preço, ao nível dos consumidores. Esta afirmativa pode ser confirmada pela relação entre os preços dos diferentes tipos de carne com os salários rurais e urbanos (no caso tomou-se o salário mínimo regional). Esses indicadores mostram uma relação elevada para carne bovina, estável para suína e decrescente para a carne de aves; no caso do setor urbano, só a carne de aves cresceu menos que o salário, enquanto que no setor rural os salários cresceram mais que os preços das aves e suína.

Analisando-se esses dados a partir de 1977, tem-se que para o setor urbano, uma relação que cresce de 1,10 para 1,53, no caso da carne bovina, de 1,06 para 1,12 para carne suína e cresce de 0,79 para 0,75 para aves. Quanto ao setor rural, tem-se para bovinos variando de 0,70 para 1,16, suínos, de 0,67 para 0,85 e de aves de 0,50 para 0,57, para o mesmo período (quadro 7.).

4. EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CARNES

A baixa taxa de crescimento da oferta de carne bovina, cerca de 3% no longo prazo, não tem permitido levar adiante a política governamental de atendimento do consumo interno e nem aumentar o nível das exportações, na última década. Assim, as exportações brasileiras vêm declinando desde 1973, após atingir em 1972 o maior nível de sua história. Considerando o ano de 1973, quando as exportações de carne fresca, refrigerada e congelada atingiram 98.530t e os industrializados 35.801t, observa-se que o primeiro grupo apresentou um grande decréscimo, com exceção do ano de 1977, quando atingiu 31.246t, de tal forma que em 1979 as exportações brasileiras foram de apenas 2.624t (quadro 8). Quanto às carnes industrializadas, apresentaram acréscimos ao longo do tempo de tal forma que em 1977 atingiram 68.179t, quase o dobro do nível de 1973, para depois decrescer até 42.149t em 1979. Mas deve-se observar que parcela ponderável de nossas exportações de carne industrializada, a partir de 1975, tem como origem importações de carne resfriada e congelada, para posterior exportação, no regime de "drawback". A partir de 1975, foi autorizada, em média, a importação de 50.000t anual de carne congelada com osso para serem processadas naquele regime.

As políticas de atendimento do consumo interno, objetivando uma estabilização dos preços a nível dos consumidores, a partir de 1978, fizeram com que as importações crescessem, elevando-se substancialmente no último ano, quando o balanço comercial das importações e exportações de carne bovina no Brasil indica um saldo negativo da ordem de Cr\$170 milhões (quadro 8). Além desse fato, deve-se considerar os elevados subsídios aos consumidores a partir de 1978, a fim de amenizar o impacto da elevação dos preços da carne bovina nos índices de custo de vida.

Dentro desse quadro de escassez de carne bovina, os problemas de abastecimento tendem a se ampliar nos grandes centros, de tal forma que

QUADRO 6. - Relação de Preços Médios de Carne Bovina, Suína e Frango, a Nível de Produtores e de Varejo, São Paulo, 1970-80

Ano	A nível de produtor			A nível de varejo		
	<u>Bovino</u>	<u>Bovino</u>	<u>Frango</u>	<u>Bovino</u>	<u>Bovino</u>	<u>Frango</u>
	Frango	Suíno	Suíno	Frango	Suíno	Suíno
1970	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1971	1,22	1,21	0,99	1,13	1,51	1,34
1972	1,40	1,22	0,87	1,17	1,33	1,15
1973	1,33	1,39	1,05	1,28	1,39	1,08
1974	1,55	1,01	0,65	1,27	1,18	0,93
1975	1,39	1,09	0,78	1,46	1,33	0,93
1976	1,32	1,16	0,87	1,25	1,30	1,05
1977	1,39	1,04	0,75	1,29	1,10	0,86
1978	1,73	1,36	0,79	1,50	1,49	1,00
1979	2,20	1,50	0,68	1,71	1,62	0,97
1980	2,04 ⁽¹⁾	1,36 ⁽¹⁾	0,67 ⁽¹⁾	1,81 ⁽²⁾	1,57 ⁽²⁾	0,86 ⁽²⁾

(¹) Preços de abril.

(²) Preços de junho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 7. - Relação de Preço Bovino, Frango, Suíno - Salário do Trabalhador Urbano e Rural, São Paulo, 1970-80

Ano	<u>Bovino</u>	<u>Frango</u>	<u>Suíno</u>	<u>Bovino</u>	<u>Frango</u>	<u>Suíno</u>
	Salário urbano	Salário urbano	Salário urbano	Salário rural	Salário rural	Salário rural
1970	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
1971	1,16	0,95	0,96	1,11	0,91	0,92
1972	1,29	0,92	1,06	1,12	0,80	0,92
1973	1,57	1,18	1,12	1,24	0,93	0,89
1974	1,75	1,12	1,74	1,09	0,70	1,08
1975	1,32	0,95	1,21	0,90	0,64	0,82
1976	1,14	0,86	0,98	0,77	0,58	0,67
1977	1,10	0,79	1,06	0,70	0,50	0,67
1978	1,42	0,82	1,04	0,92	0,53	0,68
1979	1,58	0,72	1,05	1,31	0,60	0,87
1980	1,53 ⁽¹⁾	0,75 ⁽¹⁾	1,12 ⁽¹⁾	1,16 ⁽²⁾	0,57 ⁽²⁾	0,85 ⁽²⁾

(¹) Valores de maio.

(²) Valores de abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola - Banco Central do Brasil.

QUADRO 8. - Exportação e Importação de Carne Bovina, Frango e Suína, Brasil, 1973-79

Ano	Carne bovina						Carne de frango			Carne de suíno	
	Exportação			Importação			Exportação			Importação	
	Carne fresca, refrigerada e congelada (t)	Industrializados (t)	Valor (US\$1.000) FOB	Bovino vivo para consumo (nº de cabeças)	Carne fresca, refrigerada e congelada com osso	Valor CIF (US\$1.000)	Carne congelada (t)	US\$1.000 FOB		Carne congelada (t)	US\$1.000 FOB
1973	98.530	35.801	218,360	-	-	-	-	
1974	19.174	34.825	264.496	-	-	1.623	2.667	
1975	5.333	42.173	79.083	23.973	-	-	5.652	8.143	
1976	11.544	64.033	129.618	22.647	19.636	19.565	11.700	16.229	
1977	31.246	68.179	158.394	25.697	32.829	31.572	12.338	21.264	
1978	9.612	53.496	114.627	112.606	94.789	94.789 ⁽²⁾	50.805	46.872	6.500	10.946	
1979	2.624 ⁽¹⁾	42.149 ⁽¹⁾	123.550 ⁽¹⁾	185.682 ⁽²⁾	299.238 ⁽²⁾	299.238 ⁽²⁾	72.646 ⁽¹⁾	71.658 ⁽¹⁾	-	-	

⁽¹⁾ Janeiro a novembro.

⁽²⁾ Janeiro a outubro.

Fonte: Exportação: CACEX/B. Brasil, Importação: CIEF/Min. Fazenda, in AGROPECUÁRIO RETROSPECTO, 1978 e 1979, FGV, CEA/IBRE.

ra enfrentá-los o governo terá que manter os níveis de importação, uma vez que a produção interna é decrescente e só tende a se ampliar a partir de 1981, retornando ao seu ciclo de expansão.

Por outro lado, as exportações brasileiras de carne de frango congelada, que se iniciaram em 1975, atingiram a cifra de 72.646t (quadro 8) no período de janeiro a novembro de 1979, com uma estimativa final de 80.000t. Para 1980, espera-se uma exportação acima de 100.000t, dada a aceitação do produto brasileiro no Oriente Médio. Os níveis de exportação de carne de frango têm-se situado, em média, em 10% da produção interna.

No mercado internacional, continuam bastante favoráveis as oportunidades para aumento da colocação do frango brasileiro. A conquista de novos mercados, os estímulos à exportação, principalmente a maxidesvalorização do cruzeiro, a partir de janeiro de 1980, permitiram aos exportadores um ganho adicional de 30% do preço FOB, em cruzeiros, tendo em vista a não incidência do imposto de exportação nas exportações de frango.

Os principais problemas enfrentados pelas exportadoras brasileiras de frango estão associados, de um lado, aos custos crescentes da produção, dada a elevação observada nos preços do milho a partir do segundo semestre de 1979, e, de outro, aos elevados subsídios dados pelo Mercado Comum Europeu à exportação de frangos para o Oriente Médio, África e Cuba⁽³⁾, da ordem de Cr\$10,40/kg para 1/2 frango. Mas não se pode esquecer as várias desvantagens da produção européia em relação à brasileira, associadas aos elevados custos com mão-de-obra mais cara, importações de matérias-primas para rações e de energia para produção.

No caso da carne suína, que vinha apresentando expansões nas suas exportações a partir de 1974 (quadro 8), atingindo em 1977 cerca de 12.338t, decresceu a partir de então para paralizar em 1979, em função dos problemas causados pela polêmica peste suína africana. Se, por um lado, discute-se hoje se existiu ou não a doença no Brasil, uma vez que técnicos da FAO divulgaram relatório de exames realizados em amostras de suínos brasileiros, provavelmente infectados, concluindo pela não existência da doença, por outro, só a partir de 1979 a produção interna vem se recuperando, sendo necessária uma ampla campanha de esclarecimento nos mercados internacionais sobre o controle e eliminação da PSA, a fim de reativar as exportações e suspender as restrições dos nossos importadores, acrescida a incentivos governamentais.

No médio prazo, o potencial exportador brasileiro está associado à expansão da produção de frango e suínos, tendo em vista as possibilidades de produção de grão do País e a sua exportação transformada em carne. No caso da carne bovina, as exportações só poderão crescer se houver uma redução dos subsídios ao consumo interno, o que poderá ocorrer face às possibilidades de substituí-la, principalmente por carne de aves.

(3) AGROPECUÁRIA - Retrospecto 1979. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1-68, fev. 1980.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os objetivos das políticas governamentais para a década de 1980, de melhorar os níveis de alimentação e aumentar as exportações do setor agrícola, a carne surge como uma atividade importante na estratégia governamental.

Assim, pontos fundamentais devem ser considerados na elaboração de uma estratégia política-econômica com a finalidade de não permitir a eclosão de crises em todo o setor pecuário, que pode ser vislumbrada para os próximos períodos. Primeiramente, dever-se-ia atender ao crescimento da demanda interna de alimentos, via crescimento do padrão de renda da população. Em segundo lugar, promover a ampliação da participação do produto brasileiro no mercado internacional de carnes, fato que se mostra extremamente comprometido ao se considerar que, à semelhança nacional, prevê-se reversão na tendência de queda na oferta mundial do produto, com a produção dos países produtores apresentando significativo aumento a partir dos próximos dois anos.

No caso da carne bovina, o problema com que o país se defronta é o da amplitude muito elevada do ciclo de produção (5 a 8 anos), que só pode ser reduzida por um programa de incentivo à maior precocidade do rebanho, amenizando, assim, os problemas dos produtores nas fases ascendentes. As políticas governamentais para o setor devem levar em conta o complexo pecuário como um todo, sendo que no caso da pecuária de corte é necessário um planejamento de longo prazo que dê condições aos criadores de aumentar a precocidade e a eficiência de seus rebanhos de uma forma geral. As medidas governamentais devem ser compatíveis com as fases do ciclo e não como tem-se caracterizado, como por exemplo, na fase descendente do último ciclo, 1975/77, quando os pecuaristas estavam tendo seus retornos comprimidos pagando as dívidas contraídas no período de 1972/74 e mesmo assim o governo suspendeu todos os créditos de investimentos e controlou rigidamente o preço do boi para abate, acelerando a redução nos estoques de matrizes. Por outro lado, a partir de meados de 1977, quando se iniciou a fase ascendente do ciclo, que deverá continuar até 1982, o governo lançou o PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), liberando recursos para aquisição de matrizes, no período de preços crescente, contribuindo apenas para elevar a especulação no setor. Esse programa só teria sentido se tivesse sido lançado na fase descendente do ciclo, contribuindo nesta fase para aumentar a retenção de matrizes.

As políticas de estímulo (de subsídio) ao setor devem ser dirigidas aos gargalos do sistema produtivo, os quais vêm reduzindo os retornos das inovações colocadas à disposição dos produtores para aumentar a produtividade das pastagens e dos rebanhos, tais como: formação de pastagens, sanidade, fertilidade, precocidade, qualidade genética e manejo, e alimentação suplementar. Muitas discussões têm sido realizadas sobre quais seriam as restrições básicas que vêm afetando a baixa produtividade das

pastagens e a elevada idade da 1ª parição e de abate e, como consequência, a baixa taxa de desfrute do rebanho brasileiro. No centro-sul do Brasil, tem sido considerada como a restrição básica, a alimentação suplementar no período da "seca", cerca de 5 meses do ano em que se tem apenas 20% da produção anual das pastagens, submetendo os rebanhos a um ciclo anual de fome crônica, que vem comprometendo todas as políticas para o setor. Inúmeras alternativas têm sido propostas para enfrentar esta restrição, tais como: plantio de pastagens de inverno, produção de silagem, de fenação, fornecimento de rações e/ou subprodutos industriais, fornecimento de forragem de ciclo longo para corte e etc. Neste contexto, exige-se uma definição das alternativas para se concentrar os recursos de pesquisa, crédito, e extensão rural para se enfrentar o problema. Pois, só nessas condições poder-se-á modificar o atual processo de produção, tornando-se viáveis inúmeras inovações tecnológicas disponíveis, elevar a produção nacional de carne bovina e melhor atender à demanda interna e externa.

Também nos setores de médios e pequenos animais é necessária uma redução dos custos de produção, tornando os produtos acessíveis a uma parcela maior de consumidores. Tais objetivos requerem do governo não só apoio financeiro, como também planejamento global para os setores.

Um dos maiores entraves ao desempenho da suinocultura e da avicultura têm sido os elevados custos com arraçamento animal. Faz-se, então, necessária a minimização dos problemas quanto à disponibilidade de milho, farelo e rações para os produtores. Nesse sentido, um item de maior relevância se refere à estocagem e distribuição dos produtos, através de maiores investimentos governamentais em serviços de armazenagem e transporte, bem como a facilitação de tais investimentos a nível de propriedade rural.

Um maior desempenho zootécnico, através da melhoria genética do rebanho, notadamente no caso da suinocultura, seria de fundamental importância na redução de custos. Além disso, a disseminação de cuidados sanitários, manejo e alimentação permitiria aumentos consideráveis na oferta de carne.